TL 1329-57

O PREÇO DA DITADURA

Autoras do Trabalho: - Maria João Pinho Pereira
- Maria José Lisboa Brites
- Maria José Madeira de Oliveira Ferreira Mendes

Comunicação às V Jornadas de Timor da Universidade do Porto

A Indonésia é um país de contrastes. Compõe-se de centenas de ilhas, com diversas culturas e tradições.

Os visitantes mais incautos regressam aos seus países com a única ideia de que a Indonésia é um país com história, uma história bonita. Os monumentos, as danças e os lugares turísticos, como Bali, enganam.

De facto, todo este «bem estar» esconde a política de repressão vigente no território.

Ou melhor, escondia.

Hoje, a opinião pública mundial - devido ao trabalho de diversas entidades e organizações, como a Tapol e a Amnistia Internacional - está mais alertada para a verdade indonésia.

Os prisioneiros políticos, as torturas e o lado militar do país de Suharto passaram as fronteiras deste país asiático. O mesmo acontece com o conhecimento da existência de territórios oprimidos pelo poder de Jacarta. Casos como Timor Leste, Aceh e Papua Ocidental têm levantado problemas a Suharto.

Há outros ingredientes da «democracia» indonésia. Por exemplo, ninguém pode candidatar-se a qualquer

partido político sem que a candidatura seja aprovada pelo governo.

A estratégia de desenvolvimento da economia também assenta em princípios pouco democráticos. Nomeadamente, o trabalho infantil a partir dos 13 anos é legal. As condições de trabalho são más. O pior é que as queixas não são permitidas, pois os patrões despedem os insatisfeitos.

A Indonésia é um país dependente de nações estrangeiras. Os EUA, o Japão, a Austrália, a Alemanha, a Inglaterra são alguns dos países responsáveis pelo financiamento militar ao país de Suharto.

Apesar da presença militar, há muitos indonésios que protestam contra o regime comandado a partir da ilha de Java. No entanto, estas manifestações costumam ser silenciados pelo exército. Exemplos não faltam. Em Setembro de 1984, durante uma manifestação de muçulmanos em Jacarta, os militares mataram dezenas de pessoas. Em Timor Leste - território português, o massacre de Santa Cruz é um caso fulcral da violação dos direitos humanos.

***TIMOR LESTE**

Portugal iniciou a colonização no século XVI. Até 1912, houve atritos entre a potência colonizadora e Timor. Porém, a partir dessa altura, os membros dos dois territórios começaram a conviver pacificamente.

Com o 25 de Abril, em Portugal, ficaram abertas as portas para a autodeterminação das ex-colónias portuguesas e para a criação de partidos políticos em Timor.

Em 1974/1975, Portugal iniciou o processo de descolonização em Timor Leste. Porém, a instabilidade vigente no território continental de Portugal e a oposição indonésia afectaram o seu funcionamento.

Na altura, também se iniciou uma curta guerra civil em Timor, que conduziu a FRETILIN para o comando do território.

Em 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor Leste. A ONU condenou a invasão e exortou à retirada das forças ocupantes.

Desde então, o povo timorense tem sido alvo das mais variadas violações dos direitos humanos.

Ainda na altura da invasão, os timorenses podiam valer-se da nacionalidade portuguesa. Ela representava uma esperança e uma prova de que não pertenciam à Indonésia.

Por esta razão, a Administração começou a conceder os poucos empregos disponíveis aos timorenses que «optassem» por uma «identidade indonésia».

Apesar da Igreja Católica e restantes igrejas cristãs da Indonésia terem apoiado, desde o início, a integração de Timor português na Indonésia, padres indonésios escreveram um relatório, em 1976, onde afirmam que, no primeiro ano de ocupação, morreram cerca de 60 mil timorenses (quase dez por cento da população). Descrevem ainda inúmeras brutalidades e massacres. Um autêntico genocídio físico e cultural tornou-se prática corrente em Timor Leste.

Em 1977/1979, houve bombardeamentos e o uso de várias armas que visavam destruir tudo o que fosse vivo - pessoas, animais e hortas. Esta devastação originou grandes fomes.

Em Março de 1984, um padre escreveu: «O genocídio deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoação não é mais do que um curral onde o militar vai escolher a quem matar ou torturar».

Entretanto, a Lei Agrária de 1991 interdita a todos os cidadãos «estrangeiros» de possuírem terras em Timor. Os timorenses que não se nacionalizassem indonésios, arriscavam-se a perder todos os campos. No

entanto, mesmo assim, a maioria recusou-se a mudar a nacionalidade.

Os indonésios também vêm marcas de resistência passiva e de nacionalismo nas danças tradicionais, nas expressões de cultura timorense e, principalmente, nas práticas animistas.

No campo da língua, tentam impor o «bahasa indonésio» como língua de comunicação na ilha. Porém, a grande parte dos timorenses prefere usar os dialectos locais ou então o português.

O sistema de ensino é uma arma utilizada para tentar condicionar os jovens timorenses.

Os estabelecimentos de ensino funcionam como centros de influência psicológica e ideológica. Os alunos, vestidos com fardas, devem cantar hinos patrióticos do seu «novo país», antes de levantar a bandeira vermelha e branca.

Na escola, os timorenses também são alvo de atitudes discriminatórias por parte dos indonésios.

Outra medida para tentar acabar com a cultura maubere é a substituição dos autóctones por indonésios, ao mesmo tempo que se controla o crescimento da natalidade.

O controlo da natalidade é incompreensível, pois há falta de timorenses.

Com esta dupla política de transmigração e de controlo dos nascimentos de timorenses, mais uma vez, só se pode depreender que a Indonésia, aos poucos, pretende fazer um Timor com indonésios.

Como se sabe, também é quase impossível para qualquer estrangeiro entrar na ilha com autorização de Jacarta.

Em 1985, começaram as negociações entre Portugal e a Indonésia, no sentido de se realizar uma visita parlamentar portuguesa.

Os timorenses começaram a preparar acções para que fosse bastante claro aos portugueses a oposição de

Timor à ocupação indonésia. A visita foi cancelada devido a uma condição imposta pelos indonésios. Uma jornalista australiana não podia participar na iniciativa.

Assim, surgiu o primeiro acontecimento que alertou a opinião pública mundial para o problema maubere.

Durante uma manifestação pró-independência, os timorenses dirigiram-se ao cemitério de Santa Cruz. Então, militares indonésios começaram a disparar indiscriminadamente sobre a população. Este massacre - massacre de Santa Cruz - foi filmado por jornalistas americanos e ingleses. Foram as imagens que lembraram Timor Leste ao mundo.

Em segundo lugar, surgiu a prisão de Xanana Gusmão, símbolo da resistência.

Por último, a Indonésia, mais uma vez, perdeu-se na lógica das ditaduras e condenou Xanana Gusmão à prisão perpétua. Este incidente vai, sem dúvida, aumentar a desconfiança internacional em relação a Jacarta.

Entretanto, pessoas que visitaram Timor nos últimos tempos confirmam que a violência é «o pão nosso de cada dia». Há uma atmosfera de medo e uma presença constante e arrogante de militares indonésios.

***Aceh**

Os acehs receiam ir trabalhar para os campos e, alguns deles, refugiam-se nas áreas montanhosas da ilha.

Os que habitam na parte litoral recorrem mais à emigração: deslocam-se de barco até à Malásia, Estado do SE asiático.

Quando chegam, os acehs recebem a ajuda da comunidade lá residente. Permanecem sem documentos e ficam expostos à espionagem dos agentes indonésios, que

procuram a identificação dos simpatizantes do ASNLF. Neste sector, as autoridades da Malásia estão a compactuar com Jacarta. Têm como objectivo obrigá-los a regressar.

Os que já regressaram foram enviados para as áreas de comando militar, de modo a receberem alguma «orientação». Porém, os acehs continuam a emigrar para a Malásia e já há casos públicos de desaparecimentos. Calcula-se que a maior parte destes tenham sido vítimas do exército indonésio.

. Prisões

Na Malásia existem inúmeras prisões onde estão encarcerados acehs. Estas fortalezas não possuem as mínimas condições, tanto a nível de higiene, como de alimentação.

As consequências, como seria de esperar, traduzem-se em doenças, para as quais não são permitidos cuidados médicos. Quanto às visitas, são estritamente proibidas, com a excepção dos soldados indonésios do consulado, que possuem livre trânsito.

A alguns prisioneiros é-lhes retirado o direito de ver a luz do sol, durante anos.

. Conspiração da Malásia

O governo da Malásia colabora estritamente com a Indonésia. A conspiração teve início quando as autoridades «sondaram» uma embarcação com acehs. Na altura, encarceram-os e recusaram os seus acessos à UNHCR. O objectivo da UNHCR era saber se as pessoas pretendiam pedir asilo. Nessa altura, apenas os indonésios tinham - como têm - acesso aos presos.

. Proibição de publicações

Uma publicação documental publicada em Jacarta - Instituto de Ajuda Legal - foi recusada pelo comissário general. Como justificação, Jacarta disse que a

opinião pública poderia ficar descrente em relação ao governo, através da falta de confiança na segurança das forças no Aceh. Todavia, para além desta publicação, muitas outras foram proibidas.

. Imprensa

Hoje em dia, os abusos e violações dos direitos humanos efectuados no Aceh raramente são noticiados pelos media indonésios.

Isto não quer dizer que a situação tenha melhorado.

A imprensa apenas publica os depoimentos elaborados pelo Exército indonésio e a escassez de visitas estrangeiras ao Aceh.

A comunicação social confirma ainda que a situação está sob o controlo das Forças Armadas indonésias.

***Papua Ocidental**

O povo da Papua Ocidental tem-se defrontado com a luta pela democracia e pela independência, há mais de um quarto de século.

Enquanto algumas lutas são bastante divulgadas, a dos papuas é, pelo contrário, muito camuflada.

A Papua Ocidental, considerada a Amazónia da Ásia, devido às densas florestas, encontra-se sob ocupação militar indonésia.

Há cerca de 30 anos, colocava-se uma grande questão. Importava saber se a Papua Ocidental deveria ser um Estado independente, com o apoio holandês, ou se devia passar a ser uma província da Indonésia.

Tudo se precipitou e, em 1963, as Nações Unidas entregaram a Papua Ocidental à Indonésia.

No entanto, em 1969, estava previsto haver um plebiscito - «Acto de escolha Livre» - através do qual

os papuas poderiam decidir se queriam continuar integrados na Indonésia ou tornar-se independentes.

Em 1964, começou a verdadeira repressão da Indonésia. Livros escolares, objectos de cultura e bandeiras papuas transformaram-se em chamas.

Instituiu-se o decreto anti-subversivo, que previa a punição com pena de morte àqueles que se manifestassem contra a Indonésia.

Em 1969, o Acto de Escolha só foi livre de nome. De facto, a Indonésia considerou que os papuas eram muito primitivos para votar. Na reunião da Assembleia Geral, o general Ali Murtopo ameaçou os membros com represálias, caso votassem a favor da independência.

O povo da Papua Ocidental responde com o Free Papua Movement, do qual fazem parte os lutadores da guerrilha e os seus principais alvos são os postos militares. Cada ataque tem uma retaliação da Indonésia.

Os actos de violação dos direitos humanos são, várias vezes, cometidos durante os treinos de tropas territoriais ou quando os militares são enviadas para aterrorizar as populações.

Há conhecimento de muitas mortes em massa, desde os anos 60. As vítimas são, geralmente, cidadãos que de algum modo apoiam a resistência.

Contudo, o governo indonésio continua a dizer que Irian Java - Papua Ocidental para os indonésios - está muito bem.

Também há conhecimento de uma série de massacres em várias partes de Jayapura, uma das cidades da Papua Ocidental. Cerca de cinco mil pessoas foram mortas na sequência da chamada «Operation Clean Sweep». Um dos slogans desta campanha dizia: «Deixem os ratos correr para a selva, assim, a galinha pode procriar no capoeiro».

A tortura e os maus tratos também são utilizados contra os presos políticos. Aqui, incluem-se os choques eléctricos, a tortura de água, espancamento e até

envenenamento, entre muitas outras violações dos direitos fundamentais do Homem.

. Resistência

Aquando da integração da Papua Ocidental, os papuas, de forma a manifestarem a sua repulsa pela integração, formaram a resistência.

Surge, assim, a Organisasi Papua Merdeka ou OPM (Movimento da Libertação da Papua).

O sentimento da população é de total apoio à OPM. Perante a pergunta de qualquer estrangeiro: «onde está a OPM?», eles respondem que está no coração e na mente de todos os populares.

O primeiro movimento de resistência organizada surgiu em 1965. Contudo, nunca publicou um programa político detalhado.

A partir de 1977, a OPM teve de se confrontar com o uso de armas químicas e, nos anos 80, a luta do povo da Papua Ocidental adquiriu proporções bastante superiores. O exército indonésio passou a praticar represálias constantes. De casa em casa eram conduzidas as buscas e espalhou-se o medo entre as populações. Durante as semanas seguintes, o número de papuas que atravessaram a fronteira para a Papua Nova Guiné aumentou pelo menos para 10 mil.

Este foi o primeiro sinal para o resto do mundo - algo de errado se passava naquela província da Indonésia.

O primeiro assalto de grandes proporções realizado pela OPM ocorreu em Janeiro de 1986, quando cerca de 900 guerrilheiros controlaram um posto fronteiriço perto da capital.

Existe ainda uma forte resistência cívica. Muitos cidadãos que trabalham na Administração indonésia ou nas universidades passaram a ser apoiantes activos da OPM.

. Amnistia Internacional/1991

A Amnistia Internacional, em Abril de 1991, publicou mais um relatório sobre violações dos direitos humanos na Papua Ocidental, com documentação pormenorizada sobre prisioneiros políticos e sobre injustiças em julgamentos.

Menciona ainda a questão dos refugiados, de mortes não autorizadas judicialmente, de «desaparecimentos» e da tortura de prisioneiros políticos.

A AI acredita que haja pelo menos 130 prisioneiros políticos, a maioria deles condenada pela Lei Anti-Subversão de 1963.

. Cumplicidade: Indonésia e Papua Nova Guiné

Daquilo que é possível deduzir da acção governamental da Papua Nova Guiné, poder-se-á dizer que este país «apoia» as práticas da Indonésia no lado ocidental da ilha. Todavia, a verdade é que a Papua Nova Guiné corre o risco de também ser invadida pela Indonésia, se não «colaborar».

Apesar de muitos papuas terem fugido para a fronteira da Papua Nova Guiné e terem adquirido o estatuto de refugiados, são pessoas que passam muitas necessidades, por vezes, mesmo primárias.

Bastantes acções de repressão popular do povo da Papua Ocidental contam com o apoio da Papua Nova Guiné. As tropas indonésias podem usar este território como ponto de apoio para o prosseguimento dos militares.

O Tratado de Amizade entre a Indonésia e Papua Nova Guiné celebrou-se em Maio de 1986 e o de Respeito Mútuo, Amizade e Cooperação em Outubro do mesmo ano.

Assim, abriu-se caminho para trocas de experiências e para a eliminação da OPM.

Porém, dois aspectos ficaram por resolver. Um deles diz respeito à possível extradição de papuas acusados de qualquer crime pela Indonésia. O outro foi um

pedido de iniciar operações indonésias na fronteira com a Papua Ocidental.

O Tratado de Amizade também serviu de ponte para a promoção de ambas as ambições regionais.

A Papua Nova Guiné, há alguns anos, tem tentado tornar-se membro da Associação dos Países do Sudoeste Asiático (ASEAN) e o acordo com a Indonésia constitui um passo em frente para o alcance deste objectivo.

A Indonésia, por seu lado, precisa da Papua Nova Guiné para favorecer a sua influência no Pacífico Sul.

. Eleições numa cidade da Papua Ocidental

A população de Korupon teve, durante anos, de se deslocar até Ninia, uma cidade de cerca de 100 quilómetros para poder votar.

As eleições gerais de 9 de Junho de 1992 decorreram na própria cidade. Há quem diga que Korupun está a entrar num «festival de democracia», até que ponto chega a hipocrisia da Indonésia...

Contudo, o que se passa é o seguinte: dos 11 056 cidadãos registados em Korunpun, apenas 657 são cidadãos eleitores...

Os representantes de outros partidos, sem ser o mais afecto ao governo indonésio, não participam nem podem testemunhar o acto eleitoral.

Antes dos cidadãos entrarem na sala de voto, um militar pergunta:

- Sabe em qual vai votar?

- Sabe qual é o número?

- Não se esqueça que é o número dois, o número do meio.

Os cidadãos apenas respondem:

- Sim, o candidato golkar, número dois.

Até menores votam nesta eleição. Desconhece-se o critério que os protege.

A contagem de votos é feita sem a presença de representantes do PPP e do PDI (Partido Democrático Indonésio).

Os resultados são esclarecedores: 650 pessoas votaram no Golkar.

Bernard Mawen, anterior chefe da resistência da Papua Ocidental, fez um comentário à Tapol sobre as eleições. Para o ex-chefe, «estas eleições são irrelevantes, as pessoas foram "obrigadas" a votar por um regime fascista». Afirmou também: «A nossa guerra não é contra a população indonésia, mas sim contra Suharto e a sua protecção dos interesses do imperialismo, colonialismo e o monopólio capitalista».